
2025



RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
(AGIN/UECE): VISIBILIDADE E COMPETÊNCIAS NA PROTEÇÃO DE
PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Orientanda: Beatriz Ferreira Silva

Orientador: Francisco Fábio Cavalcante Barros

BEATRIZ FERREIRA SILVA

**PRODUTO PROFNIT – RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
(AGIN/UECE): VISIBILIDADE E COMPETÊNCIAS NA PROTEÇÃO DE
PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

Produto PROFNIT apresentado como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – PROFNIT – Ponto Focal Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

Orientador: FRANCISCO FÁBIO
CAVALCANTE BARROS

RESUMO

Este relatório analisa a atuação da Agência de Inovação da UECE (AGIN) no fortalecimento da cultura de inovação e na gestão da Propriedade Intelectual. A partir da percepção dos docentes, foram avaliadas as ações da AGIN, sua relação com a comunidade acadêmica e o desempenho institucional na proteção de ativos intangíveis. A análise considerou diretrizes da série ISO 56000, identificou lacunas de capacitação e propôs melhorias para qualificação de docentes. Também são apontadas oportunidades para ampliar parcerias com o setor produtivo e o governo, alinhando a universidade aos desafios dos ecossistemas de inovação.

Palavras-chave: Agência de Inovação; Propriedade Intelectual; Inovação; Universidade; Ecossistema de Inovação.

SUMÁRIO

01	Apresentação
02	Objetivo
03	Metodologia
06	Diagnóstico e Análise
17	Recomendações
22	Conclusão

A Universidade Estadual do Ceará (UECE) é uma das principais instituições de ensino superior do Nordeste, com destacada atuação em ensino, pesquisa e extensão, contribuindo significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Estado do Ceará.

Em 2024, a UECE foi classificada como a 8ª melhor universidade estadual da América Latina, conforme o ranking Latin America University, além de figurar como a 2ª melhor universidade estadual das regiões Norte e Nordeste do Brasil, segundo o THE World University Rankings.

A escolha da Universidade Estadual do Ceará e de sua Agência de Inovação (AGIN) como objeto deste estudo se justifica pela importância institucional da universidade, pela sua capacidade de geração de conhecimento e pela atuação pioneira da AGIN na gestão da Propriedade Intelectual e na promoção da cultura de inovação. Criada oficialmente em 2023, a AGIN representa a evolução do antigo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), ampliando sua missão institucional ao integrar ações de proteção de ativos intangíveis, estímulo ao empreendedorismo e apoio à transferência de tecnologia.

O presente relatório foi desenvolvido como um produto técnico do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) e integra uma abordagem prática de acompanhamento das ações institucionais, orientada pela necessidade de alinhar os serviços da AGIN às demandas da comunidade acadêmica e aos desafios contemporâneos do ambiente de inovação.

A partir de dados coletados junto ao corpo docente, o estudo apresenta um panorama da interação entre a AGIN e os professores, com foco na identificação de pontos fortes, fragilidades e possibilidades de aprimoramento. Os resultados aqui consolidados visam subsidiar decisões estratégicas, fortalecendo as políticas de inovação da UECE e ampliando a efetividade das ações voltadas à valorização do conhecimento produzido no ambiente universitário.

OBJETIVOS

- **Objetivo Geral**

Analisar a visibilidade da AGIN/UECE a partir da percepção dos docentes sobre seu papel na sensibilização, gestão e proteção da Propriedade Intelectual, com vistas ao fortalecimento de sua atuação na universidade.

- **Objetivos Específicos**

-Mapear a apropriação de ativos intangíveis da UECE, com ênfase na propriedade industrial e nos direitos autorais, através de dados internos e bases públicas.

-Investigar a interação entre a AGIN e o corpo docente, identificando pontos críticos e lacunas na gestão e capacitação em Propriedade Intelectual.

-Avaliar o grau de qualificação em PI tanto da equipe da AGIN quanto da comunidade acadêmica, propondo ações de melhoria.

-Realizar um benchmarking das políticas institucionais de PI da UECE em relação a outras universidades de referência e à ISO 56000.

-Propor estratégias para a otimização das práticas da AGIN, visando o fortalecimento da cultura de inovação na universidade.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracterizou-se por uma abordagem metodológica aplicada e descritiva, com a utilização de procedimentos qualitativos e quantitativos, visando à elaboração de um diagnóstico preciso sobre a atuação da Agência de Inovação da Universidade Estadual do Ceará (AGIN/UECE).

Procedimentos Metodológicos

- **Pesquisa Documental:**

Realizou-se o levantamento e a análise de dados institucionais da AGIN/UECE, com base em relatórios anuais, bases de dados públicas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e estatísticas institucionais, para caracterizar a atuação da agência no período de 2017 a 2023.

- **Pesquisa de Percepção:**

Aplicou-se um formulário eletrônico estruturado, composto por questões abertas e fechadas, direcionado aos docentes da UECE que atuam em cursos de graduação e pós-graduação com potencial para a geração de ativos de Propriedade Intelectual (PI).

- **Análise de Conteúdo:**

As respostas às questões abertas foram tratadas qualitativamente, com base na técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), buscando identificar tendências e percepções recorrentes sobre a atuação da AGIN.

- **Análise Estatística:**

Os dados obtidos por meio das questões fechadas foram submetidos a tratamento estatístico, com elaboração de gráficos e indicadores, de modo a apoiar e qualificar a análise dos resultados.

METODOLOGIA

- **Coleta de Dados Primários**

A coleta de dados primários foi realizada por meio da aplicação do formulário eletrônico, contendo 30 questões objetivas e subjetivas, com o objetivo de captar a percepção dos docentes da UECE sobre a atuação da AGIN, especialmente no que se refere à gestão da Propriedade Intelectual e à disseminação da cultura de inovação.

Inicialmente, a coleta foi realizada entre junho e setembro de 2024, com envio direcionado a 100 docentes, selecionados a partir de contatos fornecidos pela própria AGIN. Nesta etapa, foram obtidas 34 respostas, volume considerado insuficiente para assegurar representatividade estatística.

Em função dessa limitação, a coleta foi estendida para o período de fevereiro a abril de 2025, com uma nova rodada de divulgação que contou com o apoio da Assessoria de Comunicação da UECE. A estratégia envolveu o envio de mala direta institucional para todos os docentes da universidade, utilizando a base oficial de contatos, bem como ações de mobilização junto a diretores e coordenadores de curso, que atuaram como multiplicadores no incentivo à participação.

Como resultado dessa ação, houve um incremento significativo no número de participantes, totalizando 61 respondentes. Esse aumento possibilitou uma maior diversidade e amplitude na coleta das percepções, conferindo maior robustez e representatividade aos resultados obtidos.

- **Coleta de Dados Secundários**

Além da pesquisa primária, foram analisados dados secundários internos da AGIN/UECE, compreendendo o período de 2017 a 2023, o que permitiu uma visão longitudinal da atuação da agência. Também foram consultados dados públicos disponíveis na base do INPI, que possibilitaram aferir o status das proteções realizadas pela universidade, especialmente no que tange aos depósitos de patentes e registros de outros ativos de Propriedade Intelectual.

METODOLOGIA

- **Limitações da Pesquisa**

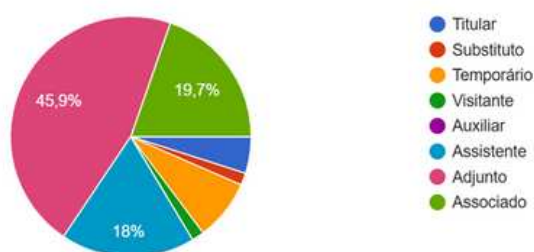
A principal limitação da pesquisa refere-se ao número de respostas obtidas, inferior ao mínimo estatístico recomendado para inferências generalizáveis. Contudo, a triangulação entre os dados primários (pesquisa de percepção), os dados secundários (documentos institucionais e bases públicas) e as análises qualitativas e quantitativas realizadas conferem validade e confiabilidade aos resultados apresentados neste relatório.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

• Perfil dos Respondentes

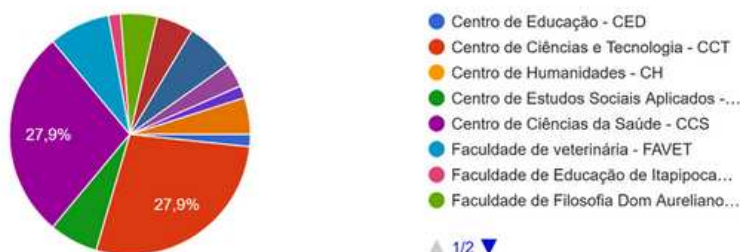
A maioria dos docentes participantes possui titulação de doutorado, sendo predominante a atuação como professor adjunto. Esse perfil é estratégico para a AGIN, pois representa um público potencialmente ativo na geração de ativos de Propriedade Intelectual, mas que ainda apresenta baixa interlocução com a Agência.

Gráfico 1: Titulação dos docentes respondentes.



A maioria dos respondentes da pesquisa, com um total de 27,9%, são vinculados ao Centro de Ciências e Tecnologia, seguido pela área de Ciências da Saúde, também com 27,9% e pela Faculdade de Veterinária, com 8,2%, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 2: Vínculo dos docentes respondentes

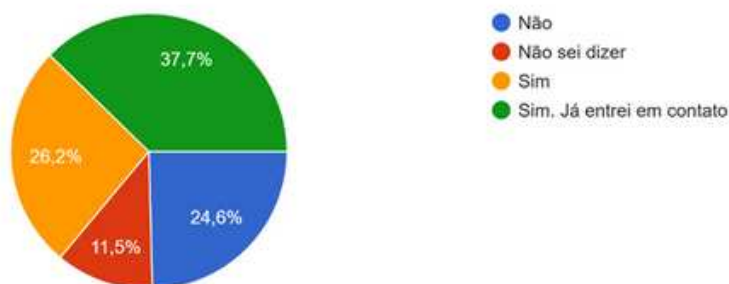


• Nível de Contato com a AGIN

Os dados indicam que 37,7% dos professores que participaram da pesquisa já estabeleceram algum tipo de contato com a Agência de Inovação, enquanto 26,2% afirmaram saber como entrar em contato, 24,6% disseram não saber como fazê-lo, e 11,5% responderam "Não sei dizer".

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Gráfico 3: Percentual de docentes que já contataram a AGIN.



• Suporte da AGIN

O formulário avaliou a percepção dos docentes sobre o apoio da universidade e da Agência de Inovação para proteção de suas invenções. De acordo com a análise, 31,1% dos docentes consideram o suporte adequado, 19,7% o classificam como expressivo, 6,6% desejam maior apoio e 42,6% se mantêm neutros.

Esses dados revelam que, embora uma boa parte dos docentes perceba apoio satisfatório, uma porção significativa ainda permanece neutra ou acredita que o suporte poderia ser mais efetivo. Esse percentual pode ser derivado de duas situações: I) o desconhecimento sobre o papel da agência em si, II) algum problema no fluxo de atendimento, ou III) a falta de infraestrutura e/ou pessoal qualificado para a cobertura de todas as demandas às quais são submetidas. Algumas das sugestões dos pesquisadores serão melhor discutidas mais adiante.

Gráfico 4: Apoio aos docentes.



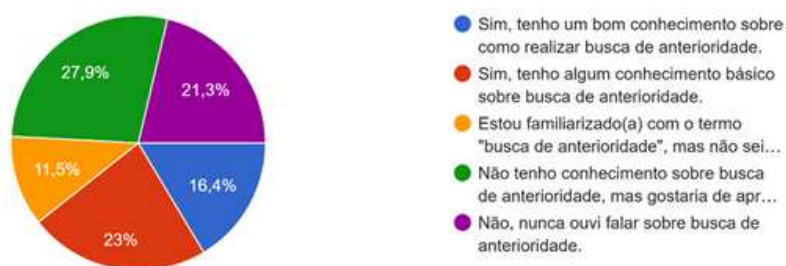
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

• Capacitação em Propriedade Intelectual

A análise sobre o nível de qualificação docente em PI demonstrou fragilidades significativas:

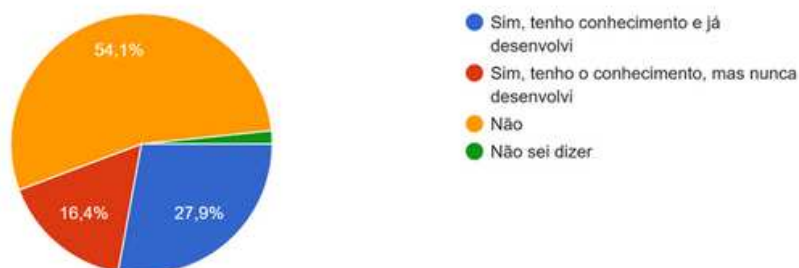
Foi questionado aos professores sobre o nível de conhecimento em relação à busca de anterioridade. Os resultados indicaram que 23% possuem um conhecimento básico sobre o tema, enquanto 16,4% afirmaram saber como realizar esse tipo de busca. Outros 11,5% relataram estar familiarizados com o assunto, mas não sabem como executá-lo. Observou-se ainda que 27,9% não possuem qualquer conhecimento sobre a busca de anterioridade, e 21,3% declararam nunca ter ouvido falar sobre o tema.

Gráfico 5 - Conhecimento sobre busca de anterioridade:



Em relação à redação de patentes, 54,1% dos professores indicaram não ter conhecimento sobre o processo, o que evidencia uma fragilidade que pode comprometer a qualidade das solicitações junto ao INPI. Apenas 27,9% possuem conhecimento e experiência prática, enquanto 16,4% têm algum conhecimento, mas nunca redigiram uma patente, apontando uma lacuna entre teoria e prática. Além disso, 1,6% não souberam responder, demonstrando falta de clareza sobre o tema.

Gráfico 6 - Conhecimento sobre redação de patente

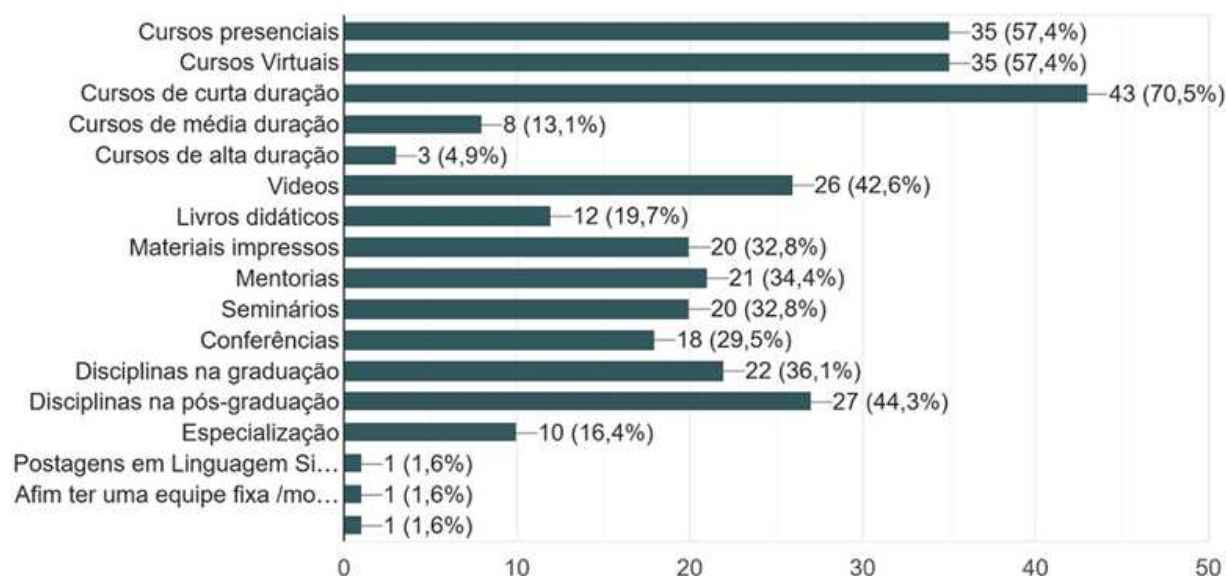


DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Em relação às bases de busca de patentes, 67,2% dos docentes declararam conhecer a base de dados do INPI, enquanto 31,1% possuem familiaridade com o Google Patents. Por outro lado, 27,9% não possuem conhecimento sobre essas ferramentas.

A base do INPI, apesar de ser a mais conhecida, possui cobertura restrita ao contexto nacional, o que limita a busca de anterioridade a patentes depositadas no Brasil. Já o Google Patents apresenta limitações em seus filtros de busca, dificultando consultas mais precisas. A ausência de familiaridade com outras bases internacionais pode comprometer a qualidade e a eficácia das estratégias de proteção patentária.

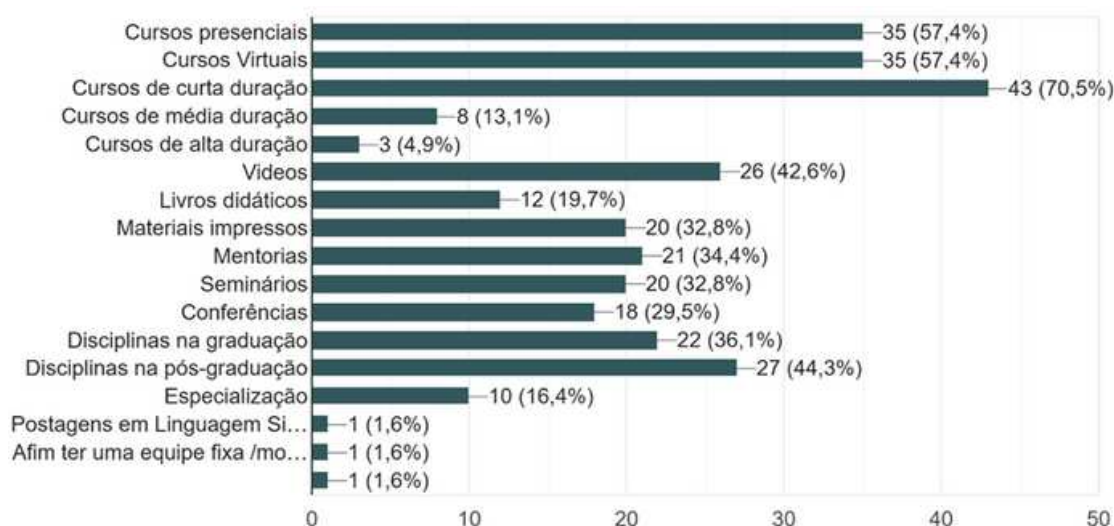
Gráfico 7 - Ferramenta de busca de anterioridade



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Os docentes destacaram que uma maior qualificação em Propriedade Intelectual pode capacitá-los a registrar suas obras e tecnologias de forma mais eficiente, ampliando o alcance das produções acadêmicas junto ao público externo. Além disso, ressaltaram que essa capacitação pode gerar maior retorno financeiro e fortalecer parcerias com empresas, promovendo maior interação entre academia e indústria.

Gráfico 8 - Ferramenta de Ensino para Aprendizado de PI



Quando perguntados sobre propostas para aprimorar a qualificação em Propriedade Intelectual para docentes, os professores informaram a criação de escritórios de patentes nucleares vinculados a grupos de pesquisa estratégicos, visando oferecer suporte especializado.

Em relação às ferramentas de ensino, as preferências dos professores variaram. Cerca de 70,5% indicaram que cursos de curta duração seriam os mais úteis, enquanto 57,4% apontaram tanto cursos presenciais quanto virtuais como adequados. Além disso, 44,3% consideraram efetivas disciplinas inseridas em cursos de pós-graduação, e 42,6% indicaram vídeos educativos como recursos que facilitam o aprendizado.

Parte das qualificações em Propriedade Intelectual (PI) apontadas pelos docentes como necessárias já foram implementadas pela AGIN. Entre as ações promovidas destacam-se eventos de sensibilização sobre os tipos de proteção, a utilização de trâmites prioritários e o processo de elaboração de redações de patentes.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Gráfico 9 - Sugestão dos Docentes para qualificação em Propriedade Intelectual

BENEFÍCIO	DESCRIÇÃO/COMENTÁRIO
Aumento na proteção de produtos acadêmicos	Maior cuidado e resguardo das produções intelectuais dos docentes e discentes.
Incremento nos pedidos de proteção	Estímulo ao depósito de patentes e registros de Propriedade Intelectual
Valorização da produção intelectual	Reconhecimento e maior relevância do trabalho acadêmico
Retorno financeiro e associação público-privada	Parcerias com empresas e oportunidades de transferência de tecnologia
Disseminação de conhecimento	Ampliação da compreensão sobre PI no corpo docente, discentes e público externo.
Fomento ao empreendedorismo	Estímulo à criação de <i>Startups</i> e maior interação com o mercado.
Aumento nas ações de inovação	Expansão das iniciativas que geram impacto direto na sociedade.
Mudança de mentalidade	Encorajamento à inovação e ao empreendedorismo entre os docentes e discentes
Transparência e conformidade	Alinhamento às exigências regulatórias e práticas de laboratório
Impacto ampliado na sociedade	Contribuição das tecnologias desenvolvidas pela UECE para o bem-estar social.
Proteção dos dados obtidos nas pesquisas	Garantia de que as informações e resultados sejam resguardados e utilizados estrategicamente.
Cultura de Propriedade Intelectual	Estabelecimento de práticas contínuas de proteção e inovação.
Fortalecimento dos grupos de pesquisa	Integração e articulação com foco na obtenção de patentes e melhoria da qualidade das pesquisas
Benefícios à universidade	Aumento da visibilidade institucional e valorização perante a sociedade
Identificação de oportunidades	Apoio na identificação e aproveitamento de ideias inovadoras
Aumento salarial dos Docentes	Reconhecimento da Propriedade Intelectual dos docentes, com possibilidade de acréscimo nos vencimentos conforme a produção acadêmica, inovações ou criações registradas.
Necessidade de estrutura adequada	Reforço na criação de escritórios nucleares de PI em grupos estratégicos.

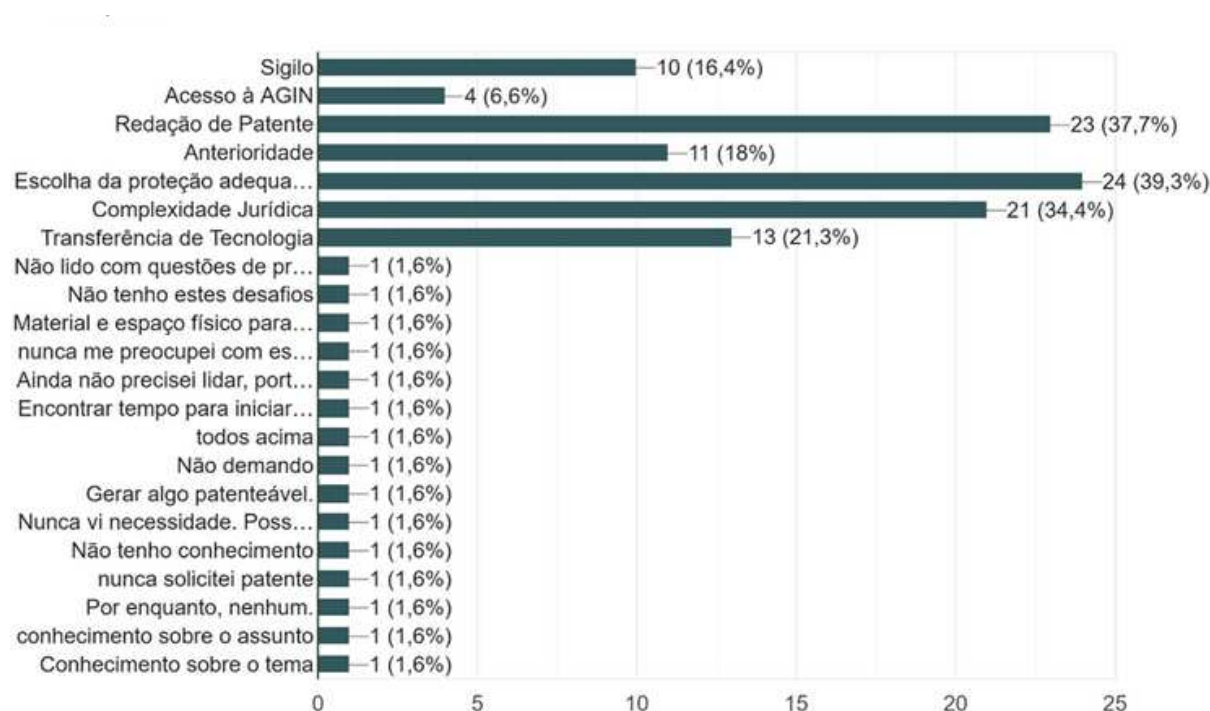
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

• Desafios em Propriedade Intelectual

Os dados apontam os principais desafios enfrentados pelos professores na área de Propriedade Intelectual. A escolha da proteção adequada foi o maior desafio, citado por 39,3% dos docentes, seguida pela redação de patentes (37,7%) e pela complexidade jurídica (34,4%). Outras dificuldades destacadas foram a transferência de tecnologia (21,3%) e a busca de anterioridade (18%).

Essas dificuldades podem levar a erros no depósito de patentes, aumentar o risco de conflitos legais e dificultar a transferência de tecnologia, comprometendo a proteção e o aproveitamento comercial das inovações geradas.

Gráfico 10 - Principais desafios em Propriedade Intelectual



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

- **Política de PI e ISO 56002**

Na pesquisa, foi realizada uma análise comparativa da Resolução 392-CD/UECE em relação aos critérios estabelecidos pela Norma ISO 56002, que orienta boas práticas internacionais para a gestão da inovação. O objetivo foi verificar o grau de aderência da política institucional de Propriedade Intelectual (PI) da UECE aos parâmetros recomendados para a formulação, implementação e monitoramento de políticas de inovação.

A análise permitiu identificar que a política da UECE contempla aspectos importantes, como a definição de responsabilidades institucionais na gestão de PI, a promoção da proteção dos ativos intelectuais e o incentivo à cultura da inovação. No entanto, também foram observadas lacunas significativas.

Dentre os pontos que requerem aprimoramento, destacam-se a ausência de mecanismos formalizados para a identificação e avaliação sistemática de ativos de PI, a inexistência de procedimentos específicos para a gestão de riscos associados à inovação, bem como a falta de um sistema estruturado para o monitoramento contínuo e a avaliação de desempenho das ações relacionadas à PI.

Quadro 03 - Quadro avaliativo

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO ISO 56002	RESOLUÇÃO 392 –CD/UECE		
	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	NÃO ATENDE
Estabelecimento de uma política de PI clara e documentada		X	
Designação de responsabilidades para a gestão de PI	X		
Identificação e avaliação de ativos de PI		X	
Proteção efetiva de ativos de PI	X		
Gestão de riscos relacionados à PI			X
Estabelecimento de processos de monitoramento e avaliação de PI		X	
Promoção da conscientização e educação sobre PI	X		
Estabelecimento de estratégias de PI alinhadas com os objetivos da organização			X
Fomento da inovação e criatividade na organização	X		
Gestão de contratos, parcerias e acordos relacionados à PI		X	
Medição e avaliação de desempenho da gestão de PI			X

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

• Visibilidade Institucional

Um consenso entre os participantes é a necessidade de ampliar a visibilidade da AGIN: 91,8% dos respondentes afirmaram que a presença da Agência deve ser fortalecida junto à comunidade acadêmica.

Quadro 1: Principais sugestões para ampliação da visibilidade:

CATEGORIA	SUGESTÕES/OPINIÕES
Divulgação	Melhorar a divulgação da AGIN e suas ações junto à comunidade acadêmica, incluindo uso de WhatsApp e e-mails.
Cursos e Eventos	Oferecer mais cursos, especialmente para <i>campi</i> do interior, e realizar palestras online e eventos de negócios.
Políticas Institucionais	Atualizar a política de Propriedade Intelectual e incentivar docentes a produzir tecnologias e inovações.
Apoio Financeiro	Criar um fundo próprio, com apoio da SECITECE, para financiar patentes e registros de marcas, sem custos pessoais.
Colaborações e Parcerias	Estimular aproximação com discentes, empresas juniores, <u>CAs</u> , <u>colegiados</u> e pós-graduações.
Capacitação	Ofertar cursos práticos sobre Propriedade Intelectual e incluir disciplinas sobre o tema na graduação.
Ferramentas e Sistemas	Desenvolver sistemas para classificar invenções que precisam de proteção.
Reconhecimento e Incentivos	Pontuar ações da AGIN nas ascensões funcionais de professores e reforçar o papel da inovação nos departamentos.
Transferência de Tecnologia	Aumentar as ações e pressionar o INPI pela agilidade na concessão de patentes.
Colegiado	Criação de um colegiado na AGIN, formado por um membro de cada programa de pós-graduação para que as informações possam chegar na base e os pesquisadores sejam melhor orientados
TCC/Dissertações/Teses	Realizar seleções dos trabalhos acadêmicos e transformá-los em patentes
Postagens no Instagram	Fazer videos curtos ou Postagens informando onde fica a AGIN e suas funções na UECE
Sem sugestões ou opiniões	Vários respondentes indicaram falta de conhecimento ou ausência de sugestões.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

• Indicadores de Propriedade Industrial (2017–2023)

Entre 2017 e 2023, a Universidade Estadual do Ceará (UECE) protegeu mais de 132 ativos tecnológicos, incluindo patentes, modelos de utilidade, registros de programas de computador e marcas, totalizando 178 tecnologias protegidas desde 2007. Em 2023, a UECE alcançou a 40ª posição nacional no ranking de registros de programas de computador, com 16 tecnologias protegidas nessa categoria.

Além disso, até 2023, a universidade acumulava 103 pedidos de patentes junto ao INPI e havia obtido 03 cartas-patente concedidas

• Ações de Sensibilização e Capacitação (2020–2023)

A capacitação da comunidade acadêmica em temas relacionados à Propriedade Intelectual é essencial para garantir a proteção das criações desenvolvidas na universidade. A partir de 2020, os registros da AGIN indicam um aumento expressivo no número de pessoas sensibilizadas, totalizando 2.274 participantes naquele ano e 2.406 em 2021. Esse crescimento foi impulsionado pela adoção de eventos online, que ampliaram o alcance das ações.

Com o retorno às atividades presenciais, em 2022 e 2023, observou-se uma redução nos números de participantes, com 614 e 286 pessoas capacitadas, respectivamente. Essa queda pode estar associada à adoção de uma estratégia mais focada, com eventos menores e mais específicos, voltados às demandas reais da comunidade acadêmica.

• Participação no Programa de Mentoria do INPI

A UECE participou ativamente do Programa de Mentoria do INPI, com as seguintes indicações:

- 2021: 08 indicações
- 2022: 04 indicações
- 2023: 16 indicações

Esse crescimento demonstra o reconhecimento institucional da importância da capacitação técnica na área de propriedade intelectual.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

- **Assessoria Técnica a Outros NITs (até 2023)**

A AGIN prestou suporte técnico a diversos Núcleos de Inovação Tecnológica, como:

- NIT da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
- NIT da Universidade Regional do Cariri (URCA)
- NIT da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP)
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)

Essas assessorias incluíram apoio ao uso de sistemas do INPI e participação em editais como o Catalisa ICT.

- **Eventos Realizados**

Nos últimos anos, a Agência de Inovação da UECE (AGIN) intensificou suas ações voltadas à promoção da inovação e da Propriedade Intelectual, por meio da organização de diversos eventos institucionais. Em 2018, foram promovidas seis atividades, incluindo workshops, palestras em programas de pós-graduação, feiras e seminários. Já em 2019, o número de eventos cresceu para oito, com destaque para ações de formação em inovação e Propriedade Intelectual voltadas a alunos, docentes e gestores de instituições parceiras.

Durante a pandemia de Covid-19, em 2020, a AGIN adaptou-se ao formato virtual e ampliou seu alcance com eventos como a I Semana da Propriedade Intelectual da UECE, que contou com a presença de representantes de 14 instituições. As atividades abordaram temas como direito autoral, empreendedorismo e Propriedade Industrial.

Em 2021, foi realizada a 1ª Semana de Inovação do Ceará, em parceria com outras instituições cearenses, somando 31 eventos, incluindo um pré-evento internacional com a participação da plataforma Careables.org, INPI e SECITECE.

Com base na análise dos dados obtidos nesta pesquisa, bem como em casos de sucesso de outras instituições de ensino superior no Brasil descritos na literatura e em normativas como a ISO, foram elaboradas recomendações voltadas ao fortalecimento da atuação da Agência de Inovação da Universidade Estadual do Ceará (AGIN/UECE). As propostas têm como foco a disseminação da cultura de inovação, a qualificação da comunidade acadêmica e o aprimoramento das ações de proteção da Propriedade Intelectual. As recomendações foram organizadas em quatro blocos temáticos, refletindo os principais desafios identificados nas análises e resultados.

1. Comunicação

A comunicação institucional entre a AGIN e a comunidade docente da UECE apresenta deficiências que comprometem sua visibilidade e engajamento dos professores em suas atividades. Um dos principais obstáculos identificados está relacionado ao uso de canais formais, como o e-mail institucional, cuja efetividade é limitada. Muitas vezes, essas mensagens podem ser direcionadas automaticamente para pastas de spam ou promoções, dificultando seu acesso, reduzindo seu alcance.

Assim, diante desse contexto, recomenda-se:

- Utilizar ferramentas já adotadas pela comunidade acadêmica, como grupos de WhatsApp organizados por colegiados e centros, a fim de facilitar a circulação de informações de maneira mais direta e eficiente.
- Criar boletins informativos com frequência quinzenal ou mensal, reunindo notícias, oportunidades, editais e demais ações da AGIN, contribuindo para manter a comunidade atualizada sobre sua atuação.
- Realizar vídeos curtos e divulgar em canais como o YouTube ou em redes sociais, como o Instagram da Agência ou da própria Universidade, visando tornar a comunicação mais efetiva.
- Participar de eventos institucionais da universidade, como semanas de integração, simpósios, colóquios ou congressos, com apresentações sobre temas relacionados à Inovação e à Propriedade Intelectual.

- Designar professores como pontos de apoio nos campi do interior, atuando como referência local para repasse de informações, dúvidas e articulação com a AGIN ou estruturar pequenos escritórios ou núcleos da AGIN nesses campi, ampliando sua presença na universidade.
- Incentivar a participação da equipe da AGIN em eventos externos e visitas técnicas, com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências e a qualificação contínua dos profissionais envolvidos.
- Contratar bolsistas para atuar em projetos estratégicos da Agência, com foco em áreas como prospecção tecnológica, mapeamento de competências e apoio à proteção da Propriedade Intelectual.
- Propor a inclusão de disciplinas optativas sobre Propriedade Intelectual nos cursos de graduação e pós-graduação, a fim de estimular a cultura da inovação e capacitar os estudantes quanto à proteção e valorização das produções acadêmicas.
- Elaborar um e-book anual com as principais ações da AGIN, servindo como relatório de gestão e instrumento de divulgação institucional junto à comunidade acadêmica e parceiros externos.

2. Capacitação

A qualificação em Inovação e Propriedade Intelectual é um importante papel exercido pelos Núcleos de Inovação e Agências, uma vez que contribui para o fortalecimento das ações desses setores e incentivam uma cultura de inovação nas universidades. A presente pesquisa identificou que os docentes da UECE apresentam lacunas no conhecimento sobre essas temáticas, especificamente em patentes, redação de patente, busca de anterioridade e tipos de proteção.

Nesse sentido, sugere-se:

- Aproximar a UECE do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), por meio de parcerias institucionais voltadas à capacitação da equipe técnica da Agin e professores da instituição. Essa colaboração pode permitir que os discentes do PROFNIT atuem como multiplicadores internos, promovendo oficinas, minicursos e ações formativas junto à comunidade acadêmica.

- Fortalecer parcerias com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), aproveitando a oferta de cursos online gratuitos da Academia Virtual do INPI, como o “Uso da propriedade intelectual em negócios de base tecnológica”, que pode ser incorporado ao planejamento de capacitações da AGIN.
- Estabelecer novos consórcios com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), com o objetivo de ofertar à comunidade acadêmica formações específicas em Propriedade Intelectual, como o curso “DL170P – Noções básicas de patente”, além de outros cursos oferecidos pela OMPI.
- Incluir no planejamento de capacitação da AGIN, os cursos promovidos pela EMBRAPA, como os do programa Capacitação 4.0, com foco em pesquisa aplicada e gestão da inovação, visando a qualificação da equipe.
- Promover debates internos na universidade, que abordem a pesquisa no contexto da inovação, além de realizar iniciativas como premiações, que incentiva, reconhece e valoriza a contribuição dos docentes para a inovação em diversas áreas.

3. Infraestrutura

A infraestrutura, tanto em termos humanos quanto técnicos, é um fator importante para a eficácia das ações da AGIN, que atualmente, conta com uma equipe reduzida, o que limita sua capacidade de atuação e de resposta às novas demandas. Diante disso, é necessário investir na ampliação do quadro de pessoal e na aquisição de recursos que apoiem o desenvolvimento das atividades da agência.

Desta forma, sugere-se:

- Firmar acordo entre a UECE e o Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC), com a finalidade de tornar a universidade um dos campos de estágio do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT). A proposta visa ampliar as oportunidades de formação prática para os mestrandos e fortalecer a articulação institucional da UECE com o sistema nacional de inovação.

- Incentivar a participação da equipe da AGIN no PROFNIT, como estratégia de capacitação, contribuindo para o aprimoramento técnico dos servidores.
- Buscar apoio financeiro junto a agências de fomento, como a FUNCAP, com o intuito de viabilizar projetos, ações de capacitação e iniciativas que contribuam para a estruturação e ampliação das atividades da AGIN.

3.Gestão

A análise realizada evidenciou que a política de Propriedade Intelectual da UECE apresenta lacunas significativas quando comparada às diretrizes da norma ISO 56002 e às práticas adotadas por instituições de referência como USP, UFMG, UFSCAR e UFRJ. A ausência de critérios claros para seleção, proteção, manutenção e desistência de ativos intangíveis, aliada à inexistência de diretrizes atualizadas para gestão do portfólio tecnológico, compromete a efetividade das ações da Agência de Inovação no que se refere à valorização e aproveitamento estratégico do conhecimento gerado na universidade.

Foi identificado que a Resolução 392 CD/2010, encontra-se desatualizada diante das mudanças ocorridas na legislação brasileira sobre inovação. Em contraste, universidades como a USP e a UFMG já avançaram nesse aspecto, estabelecendo procedimentos detalhados para a comunicação de invenções, avaliação de ativos, trâmites administrativos e mecanismos formais de desistência.

Diante desse cenário, propõem-se as seguintes estratégias:

- Adotar a norma ISO 56002 como base para a construção de uma política de inovação, por meio de um processo de implementação gradual, participativo e alinhado às especificidades da universidade.
- Constituir um grupo de trabalho intersetorial, com representantes de diferentes áreas da universidade, responsável por coordenar a revisão e transição da atual política de Propriedade Intelectual para uma política de Inovação.

- Promover processos de escuta ativa da comunidade acadêmica, incluindo seminários, mesas-redondas e consultas públicas, a fim de garantir a participação de docentes, técnicos, alunos e demais atores institucionais na construção coletiva da nova política.
- Integrar representantes do ecossistema local de inovação, como setor produtivo, instituições de fomento, órgãos públicos e demais parceiros, assegurando o alinhamento da política de inovação às demandas regionais de desenvolvimento científico e tecnológico.
- Utilizar os indicadores do Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IDIB), elaborado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), como ferramenta de monitoramento e avaliação. Entre os pilares do IDIB, como infraestrutura, capital humano, ambiente de negócios, economia criativa e geração de conhecimento, destacam-se para a UECE os relacionados ao capital humano, geração de conhecimento e ambiente de negócios, pois refletem a capacidade da universidade de formar profissionais qualificados, incentivar a inovação e fortalecer parcerias com o setor produtivo.

A análise indica que a AGIN/UECE desempenha papel relevante na gestão da Propriedade Intelectual e na promoção da cultura de inovação na universidade. Contudo, há desafios a serem superados, especialmente quanto à ampliação da visibilidade institucional, à qualificação da comunidade acadêmica e ao fortalecimento das parcerias com o setor produtivo.

Para consolidar a AGIN como ator estratégico no ecossistema de inovação cearense, é necessária uma atuação mais proativa em comunicação, capacitação e gestão, alinhada às melhores práticas nacionais e internacionais.

Destaca-se que a pesquisa enfrentou limitações, principalmente pelo número reduzido de respostas ao formulário aplicado junto aos docentes. Enquanto a amostra estimada exigia 221 respostas, foram obtidas apenas 61, o que impacta a representatividade dos dados e restringe o alcance das análises.

Este relatório contribui para orientar ações que fortaleçam a colaboração entre universidade, setor produtivo e governo. Recomenda-se a adoção de iniciativas que incentivem a participação acadêmica nas atividades da AGIN, ampliem seu impacto institucional e promovam o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico da região.

